

■ RELATÓRIO SOBRE NOTÍCIAS FALSAS

Facebook acusado de ser "gangster digital"

De acordo com um relatório dos deputados britânicos, a empresa violou a lei da privacidade e concorrência. "É preciso ser regulamentada de forma urgente", cita o jornal Diário de Notícias.



O Facebook violou deliberadamente a lei da privacidade e concorrência, de acordo com um relatório parlamentar do Reino Unido, divulgado no início da semana, que adverte para a necessidade de ser elaborada regulamentação urgente para fazer face a esse tipo de irregularidades, escreve o Diário de Notícias. Acrescenta que o documento classifica os executivos da empresa que gere a rede social como "gangsters digitais".

O relatório, da responsabilidade da comissão Digital, Cultura, Média e Desporto, na sequência de uma investigação de 18 meses sobre notícias falsas e desinformação, acusa o Facebook de obstruir, de forma propositada, a investigação sobre as tentativas da Rússia de manipular eleições. Algo que levou Damian Collins, presidente desse comité do Parlamento britânico, a frisar que "a democracia está em risco", por ser o "alvo malicioso e implacá-

vel", ao se atingirem os cidadãos "com desinformação e anúncios obscuros por parte de fontes não identificadas através das principais plataformas de redes sociais usadas todos os dias".

Há três ideias fundamentais que podem ser retiradas do relatório de 108 páginas:

1 - Mark Zuckerberg, um dos fundadores e CEO do Facebook, é acusado de ignorar três pedidos do Parlamento Britânico para que fizesse o seu depoimento, em vez de ter enviado funcionários incapazes de responder às perguntas da comissão.

2 - Avisa que a lei eleitoral britânica não está preparada e é vulnerável à interferência hostil de agentes estrangeiros, incluindo agentes do Governo russo, com o objectivo de desacreditar a democracia.

3 - Solicita ao Governo britânico a criação de uma investigação independente, para averiguar a "influência estrangeira, desinformação, finan-

ciamento, manipulação dos eleitores e partilha de dados" no referendo sobre a independência da Escócia, em 2014, no referendo sobre a União Europeia, em 2016, e nas eleições de 2017.

O Partido Trabalhista, através do seu vice-líder Tom Watson, anunciou concordar com as conclusões do relatório e alertou para a necessidade de colocar, termo de forma "imediate, à auto-regulação das empresas tecnológicas".

"Precisamos de uma nova regulamentação, com sanções duras, para combater os excessos de vigilância do capitalismo e as forças que tentam usar a tecnologia para subverter a democracia", frisou.

O aumento da preocupação sobre a influência das informações falsas nas redes sociais foi exponenciada com o escândalo do Cambridge Analytica, quando os jornais The New York Times e The Observer revelaram que uma empresa vendeu vários perfis

de utilizadores do Facebook a diversos actores políticos, para que pudessem manipular, de forma mais eficaz possível de eleitores.

Nesse sentido, a comissão parlamentar garante que se o Facebook tivesse respeitado o acordo com os reguladores dos Estados Unidos, em 2011, para limitar o acesso aos dados dos utilizadores, o escândalo não teria acontecido. Na prática, diz o relatório, "o escândalo Cambridge Analítica foi facilitado pelas políticas do Facebook".

A comissão parlamentar acusa o Facebook de sobrepor os lucros dos seus accionistas aos direitos de privacidade dos utilizadores.

"O Facebook continua a preferir o lucro à segurança de dados, assumindo esse risco com a finalidade de ganhar dinheiro com os dados dos seus utilizadores. E parece claro que só toma medidas quando essas violações sérias se tornam públicas", argumenta o relatório citado

pelo Diário de Notícias, que ataca também Zuckerberg, por ter garantido que os dados nunca foram vendidos. "Mark Zuckerberg falha completamente ao não mostrar um nível de liderança e responsabilidade pessoal que devia ser esperado de alguém que está no topo de uma das maiores empresas mundiais", sublinha o relatório.

Ideia que Tom Watson reforça de forma contundente: "Poucas pessoas demonstraram tanto desprezo pela nossa democracia parlamentar como Zuckerberg. Estamos determinados em colocá-lo, ele e a empresa, dentro da lei e, para isso, estão unidos os políticos de todas as cores neste período difícil para o nosso país", assegurou o vice-líder dos trabalhistas.

Outra das conclusões do relatório é que o Facebook usa a sua posição dominante no mercado para anular a concorrência, impedindo-a de poder competir.

"Empresas como o Facebook não devem comportar-

se como gangsters digitais no mundo online, achando-se acima da lei", sublinha a comissão parlamentar britânica.

Karim Palant, director de Relações Externas do Facebook nos Estados Unidos, mostrou-se, entretanto, satisfeito com "a contribuição significativa" da sua empresa para a investigação realizada pela comissão e admitiu aceitar alterações legislativas.

"Estamos abertos a uma regulamentação significativa e apoiamos as recomendações do comité para a reforma da lei eleitoral", disse, garantindo que o Facebook já fez "mudanças substanciais" para que todos os anúncios políticos na sua rede social "tenham de ser autorizados".

Palant mostrou-se ainda de acordo com uma nova legislação sobre privacidade dos utilizadores, explicando que o Facebook aumentou para 30 mil pessoas a equipa que se dedica a trabalhar sobre conteúdos abusivos na sua rede social, acrescentando que investiu ainda em programas de inteligência artificial para lidar com o problema.

Ao mesmo tempo que pede uma regulação para empresas de redes sociais, a comissão parlamentar defende que essas empresas "não podem defender-se dizendo que são meras plataformas, para justificar que não têm responsabilidade na regulação do conteúdo dos seus sites". Assim, propõe regulações mais abrangentes, incluindo um código de ética obrigatório e um regulador independente, com poder para instaurar processos contra essas empresas e forçá-las a fornecer dados de usuários.

Além disso, adverte que a lei eleitoral britânica está desactualizada e vulnerável e carece de uma urgente actualização.

"São necessárias reformas para que os princípios de transparência das comunicações políticas sejam aplicados nas plataformas online e não só", sublinha o relatório.

■ NIGÉRIA

O combate às 'fake news' em vésperas de eleições

Com eleições gerais marcadas para sábado, acreditar em 'fake news' tornou-se num fenómeno generalizado na Nigéria, onde o Presidente chegou a se ver forçado a desmentir que tinha morrido e sido substituído por um duplo.

"Sou eu, posso assegurar-vos", disse o Presidente Muhammadu Buhari, numa declaração pública, no final do ano passado, para desmentir uma história vista por mais de 500 mil pessoas nas redes sociais Facebook, Twitter e YouTube.

Mas a credibilidade em informações que posteriormente se revelam falsas tem tido consequências mais graves no país, incluindo a instigação da violência e mortes.

A campanha eleitoral foi marcada pelo descontentamento com o desemprego, a pobreza e a insegurança em algumas partes do país e as autoridades alertam para que a disseminação de fotografias falsas ou antigas a retratar violência nas comunas estão a causar mortes por retaliação.

Várias pessoas foram já mortas como represália por causa da divul-

gação de um conjunto de imagens falsas, que mostram vários mortos num conflito entre pastores e agricultores, no centro da Nigéria, no ano passado, disse Tolu Ogunlesi, assessor do Presidente nigeriano para a Comunicação Social.

"'Fake news' matam pessoas. Já vimos imensas coisas como estas", disse, acrescentando que alguns dos "confrontos mais mortais na Nigéria foram provocados por informações falsas".

O responsável sugeriu ainda que apontar e desmascarar os responsáveis pela disseminação de informações falsas poderia "conter o problema".

Projecto

Dezasseis meios de comunicação social juntaram-se num projecto de verificação de factos, o "CrossCheck Nigéria", para confirmar informações eleitorais suspeitas que circulam "online".

Algumas das histórias recentemente desacreditadas pelo "CrossCheck Nigéria" incluíam alegações

de que a primeira-dama do país queria que os eleitores votassem contra o marido, bem como a sugestão de que o Presidente norte-americano, Donald Trump, apoiava o candidato da oposição Atiku Abubakar.

O termo 'Fake news' passou a ser usado regularmente após as eleições norte-americanas de 2016, alegadamente influenciadas por uma campanha de desinformação por parte da Rússia.

Em África, a disseminação de informações falsas é há muito tempo uma questão controversa, alimentada pela iliteracia mediática das populações e pelo sigilo que caracteriza o estilo de muitas governações no continente.

Mas o combate ao fenómeno ganha nova urgência, quando 1,2 mil milhões de pessoas têm telemóvel e 24% estiveram "online" no ano passado, o maior crescimento mundial, de acordo com a Agência Internacional de Telecomunicações da ONU.

Alguns governos africanos querem criminalizar a publicação de notícias falsas, um passo demasiado longo

para os jornalistas nestes países, onde a Comunicação Social é muitas vezes censurada e os jornalistas podem ser presos por escreverem histórias críticas ao poder.

O Presidente do Quênia, Uhuru Kenyatta, aprovou, no ano passado, a aplicação de multas e penas de prisão para condenados por divulgarem 'fake news', depois de as eleições presidenciais de 2017 terem ficado marcadas por uma campanha de desinformação "online", que fez aumentar a tensão política num país conhecido pela violência pós-eleitoral.

Por outro lado, alguns governos de África são acusados de eles próprios promoverem a desinformação e de tentarem desacreditar relatórios de organizações internacionais.

As autoridades da Nigéria contestam frequentemente a veracidade de relatórios sobre alegados abusos policiais e militares sobre os eleitores durante as campanhas eleitorais, bem como as acções das organizações de direitos humanos.

"A designação 'fake news' tornou-

se num cliché, uma senha para demonizar os jornalistas, os média e as organizações não governamentais", defendeu o porta-voz da Amnistia Internacional da Nigéria, Isa Sanusi.

Adiantou, por outro lado, que as informações falsas espalham-se rapidamente na Nigéria, porque as autoridades não são transparentes no que toca à informação governamental.

"A única coisa que está a alimentar este fenómeno é o facto de a informação não estar disponível", sublinhou, considerando que a "solução para impedir notícias falsas na Nigéria é a transparência, especialmente por parte das autoridades".

O escritor nigeriano e Prémio Nobel da Literatura Wole Soyinka disse, numa recente conferência sobre o tema, que "se diverte a ler os frequentes obituários sobre a sua morte".

Contudo, sublinhando a gravidade do problema, Soyinka alertou que, "se não houver cuidado, a III Guerra Mundial começará com 'fake news', provavelmente geradas por um nigeriano".